ATA DA SEXAGÉSSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE MAIRIPORÃ

Aos 28 dias do mês de agosto do ano de 2026, às 09:30 h., nas dependências do IPREMA, com sede localizada na Rua Coronel Fagundes número 180, centro deste Município e Comarca de Mairiporã, realizou-se a sexagésima terceira reunião ordinária do Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, devidamente convocada nos termos da legislação vigente, Lei Municipal de nº 4.300 de 03 de abril de 2024 e demais normas aplicáveis, bem como o Estatuto e o Regimento Interno deste Conselho. Estando presentes os membros empossados, conforme portaria nº 4, de 31 de outubro de 2022, a Sra. MIRIAM LUCIA DA SILVEIRA presidente, o Sr. APARECIDO ROBERTO ALVES BORGES, vice-presidente, Sra. ILZA GOMES DOS SANTOS MIRANDA- membro e a Sra. CLAUDIA BARBOSA CAMARGO BUENO secretária. Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. MIRIAM LUCIA DA SILVEIRA, que declarou aberta a reunião e apresentou a pauta:

1. Análise do Processo Administrativo nº I - 414/2026, referente à solicitação de cópias e prestação de contas dos meses de MAIO e, nº I – 422/2026 referente ao mês JUNHO DE 2026;
2. Avaliação dos balancetes mensais, comprovantes de despesas e ordens de pagamento.
3. Acompanhamento e avaliação do parecer técnico da carteira de investimentos e política de ativos do RPPS referente a Maio e Junho De 2026;
4. Verificação da regularidade dos atos de gestão orçamentária e financeira de manutenção da autarquia;
5. Outros assuntos de interesse do Conselho.

1. Análise do Processo Administrativo nº I - 17911/2026 e Prestação de Contas: Foi apresentado ao colegiado o Processo Administrativo nº I - 17911/2026, protocolado em 04 de agosto de 2026 por iniciativa da Sra. Miriam Lucia da Silveira, cujo objeto foi requerer a disponibilização dos processos de prestação de contas dos meses de maio e junho de 2026 para a devida fiscalização e análise deste conselho.

2. Avaliação dos Balancetes, Despesas e Demonstrativos (Processo Interno nº I - 414/2026 e I – 422/2026): Os conselheiros procederam ao exame detalhado das liquidações contábeis e ordens de pagamento emitidas pela contabilidade (operadas por Ednilce Barbosa Rodrigues) e autorizadas pela Gestora Presidente Sra. Maria Angelica Pereira e pela Chefe de Tesouraria Sra. Suzi Maria Rodrigues Muller, relativas a despesas regulares liquidadas.

3. Acompanhamento da Política de Investimentos – competência 05/2026

Foi apresentada a visão geral da execução orçamentária das receitas, considerando o percentual de execução de 41,67% como meta de referência para o período. Verificou-se que o Aporte para Déficit Atuarial do Executivo apresentou arrecadação de R$ 4.416.044,55, correspondente a 41,67% da previsão atualizada de R$ 10.598.506,92, encontrando-se, portanto, enquadrado exatamente na meta estabelecida.

Quanto ao Aporte para Déficit Atuarial do Legislativo, foi arrecadado o montante de R$ 189.066,44, diante de uma previsão atualizada de R$ 567.199,24, representando 33,33% de execução, ficando 8,34 pontos percentuais abaixo da meta de referência.

Por fim, a receita total geral apresentou arrecadação de R$ 22.746.719,08, frente à previsão atualizada de R$ 50.542.104,30, correspondendo a 45,01% de execução. Dessa forma, o resultado geral encontra-se acima da meta de referência de 41,67%, demonstrando execução superior à esperada para o período.

4. Regularidade dos Atos de Gestão: Procedeu-se à verificação dos atos administrativos, patrimoniais e financeiros praticados pela unidade gestora do RPPS constantes nos autos analisados, concluindo-se que as despesas de manutenção e as movimentações de fundos encontram-se em conformidade com as normas de contabilidade pública, justificadas e dentro dos padrões exigidos pela legislação vigente.

4.1. O Conselho verificou o cumprimento das obrigações legais e acessórias, incluindo envio de informações aos sistemas oficiais (CADPREV, etc.), bem como a situação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que se encontra regular.

5.Outros assuntos:

Em conversa com a Presidente, foi informado que já teve início o processo de implantação do sistema (já foi contratado o sistema via empresa especializada) voltado ao Pró-Gestão, representando um importante avanço para o aprimoramento, a modernização e o fortalecimento da gestão do RPPS. A Presidente destacou que a primeira etapa do processo consiste na realização da atualização cadastral de todos os servidores, medida fundamental para garantir a confiabilidade, a organização e a atualização das informações dos segurados.

A iniciativa demonstra o compromisso da gestão com a melhoria contínua dos processos administrativos, com a transparência e com a adoção de boas práticas de gestão, contribuindo para o fortalecimento da governança e para a adequada gestão previdenciária. A implantação do Pró-Gestão representa, portanto, um passo significativo na busca pela maior eficiência, segurança das informações e qualidade dos serviços prestados aos servidores e segurados.

6.Deliberação:

Após análise da documentação apresentada e das verificações realizadas, o Conselho Fiscal deliberou pela aprovação das contas referentes aos meses de maio e junho de 2026.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrou a reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos os membros presentes.

MIRIAM LUCIA DA SILVEIRA
Presidente

APARECIDO ROBERTO ALVES BORGES
Vice-presidente

CLAUDIA BARBOSA CAMARGO BUENO
Secretária

ILZA GOMES DOS SANTOS MIRANDA
Membro